



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0013308-06.2013.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque**  
Requerente: **José Sabadini**  
Requerido: **João Carlos Botelho**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento das importâncias inscritas nos cheques emitidos pelo réu.

Destaco de início a desnecessidade da produção de outras provas diante do reconhecimento pelo réu na audiência de conciliação, em relação à dívida reclamada pelo autor.

Por outro lado, os documentos apresentados pelo autor respaldam satisfatoriamente suas alegações.

Assim, os cheques amealhados às fls. 6/10, comprovam que o valor relativo a eles é superior àquele reconhecido pelo réu em audiência e a simples alegação de que deve ao autor somente a quantia de R\$ 2.000,00, desacompanhada de qualquer prova que ao menos lhe conferisse verossimilhança, é de ser rejeitada.

Prospera, pois, a pretensão deduzida.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a importância de R\$ 2.500,00, composta pelas parcelas que a compuseram (cinco cheques de R\$ 500,00 cada) acrescida de correção monetária, a partir das suas respectivas apresentações à câmara de compensação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**